

Comparação, o caso e o presidencialismo de coalizão: o desarranjo metodológico que marca a ciência política brasileira

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir a origem e as consequências de um desajuste metodológico existente nos trabalhos que buscaram interpretar o arranjo institucional político brasileiro pós democratização. Esta literatura utilizou um conhecimento formulado comparativamente para a previsão de um único caso, o que são exercícios epistêmicos distintos. Mesmo quando partimos de uma concepção nomotética do trabalho científico, os equívocos permanecem em relação às estruturas causais e explicativas, além das dificuldades decorrentes da aplicação de modelos explicativos para a realização de previsão. Alguns exemplos são tratados para ilustrar o ponto. A relevância destes apontamentos está na sua permanência em parte da produção atual que trata do mesmo tema. Atenção deve ser dada tanto ao exercício de previsão a partir de teorias explicativas, quanto à articulação de argumentos causais no formato de necessários e suficientes na estruturação da pesquisa.

1.1 Introdução

O argumento deste texto está centrado na crítica a determinado uso de teorias baseadas em estudos comparativos que se tornou comum na interpretação acadêmica sobre o sistema político do Brasil. Inadvertidamente, há pesquisas que utilizam teorias derivadas da avaliação de incentivos institucionais, que são eminentemente comparativas, para explicar o resultado observado em um único caso ou mesmo prever o que sucederá, práticas ainda presentes em pesquisas sobre o país, o que tem consequências relevantes de diversas ordens. Estudos comparados que sustentam estas teorias estão empiricamente voltados para uma tradição de pesquisa específica, por vezes chamada de quantitativa e mais contemporaneamente de N-grande, enquanto a avaliação de um caso particular, típica da pesquisa de N-pequeno, segue tradição oposta (Mahoney e Goertz, 2006; 2012). A imediata transposição daquele tipo de conhecimento para a avaliação de um único caso prescinde da compreensão da relação entre uma única observação e àquele conhecimento. O argumento defendido aqui se desdobra em duas grandes críticas. A primeira está relacionada ao uso de teorias explicativas comparadas para a realização de previsão. Neste sentido, a crítica sustenta que a adoção de tal abordagem leva a diversos problemas de

ordem epistêmica. Um destes é de ordem geral: qual é o conhecimento que se gera ao se partir de uma teoria comparada quando aplicada sobre um caso em si? Se a construção de uma abordagem deste tipo é produzida pela avaliação de valores médios controlados, por que um caso em particular vai se encaixar necessariamente no previsto pela teoria? E uma vez que se encaixe, o que se sabe sobre o caso em si? Este quadro conduz a um segundo problema: qual o desenho de pesquisa, então, parece ser mais adequado para que se compreenda o caso brasileiro? A segunda crítica está relacionada à estrutura causal subjacente àquela prática: a transposição de um referencial teórico comparado mais geral para uma única unidade, normalmente, a pergunta que se está a fazer vem no sentido de compreender o caso particular, o que altera a estrutura causal aplicada. Em uma situação como esta, mantida a mesma abordagem nomotética de pesquisa científica, o problema de pesquisa está colocado em termos de identificar se as condições previstas pela teoria são *suficientes e necessárias* para que se compreenda o caso. Inverte-se a lógica causal da teoria quando aplicado no caso, o que invalida certas conclusões atingidas.

O exemplo deste tipo de ocorrência pela Ciência Política se dá na avaliação do arranjo institucional brasileiro pela constituição de 1988, notadamente no que se refere às consequências das regras eleitorais sobre o Legislativo nacional, o que comprometeria a chamada governabilidade. O diagnóstico era o de que o sistema eleitoral adotado para a escolha dos representantes legislativos incentivaria os parlamentares a um comportamento individualizado, o que, em última instância, enfraqueceria os partidos e inviabilizaria a governabilidade. Esta interpretação influenciou toda uma geração de trabalhos que para além de um equívoco teórico, superado pelo desenvolvimento do conceito de presidencialismo de coalizão (p.ex., Figueiredo e Limongi, 1998), ainda comete um equívoco metodológico importante que até hoje repercute em parte da literatura que se volta ao caso brasileiro.

A razão central para este desarranjo é o fato de que estes diagnósticos todos partem de avaliações comparadas. Isto implica em que os resultados deste tipo de estudo sejam construídos também de forma comparada: sistemas presidencialistas são mais conflituosos do que sistemas parlamentaristas; sistemas eleitorais baseados em regra proporcional de lista aberta criam maiores incentivos à competição intrapartidária do que sistemas com lista fechada; a combinação de regras para a dinâmica decisória na política brasileira cria maiores dificuldades do que outros tipos de combinação institucional. A questão reside, então, na maneira como as pesquisas traduzem esta interpretação que se

pretende geral, elaborada a partir de posicionamentos comparados, com os casos individuais que se intenciona explicar. O argumento defendido aqui é o de que esta transposição evoca distintos pressupostos causais, evidenciando aspectos epistêmicos que parecem negligenciados. Tal cenário compromete decisivamente o resultado substantivo destas pesquisas. Assim, a fim de evidenciar e discutir tal cenário e suas consequências, este texto se divide em 5 seções, além desta introdução: na primeira se apresenta a explicação teórica básica dada a respeito das regras eleitorais no Brasil e suas consequências. Será dada especial ênfase à dimensão metodológica desta explicação. Na próxima seção, aborda-se as diferenças entre as explicações obtidas pelas pesquisas de n-grande e n-pequeno, para em seguida tratar de uma série de exemplos que ilustram as ocorrências apontadas. Uma penúltima seção aponta as implicações destas constatações e as considerações finais encerram o capítulo.

1.2. As divisões teóricas e suas consequências

É amplamente conhecida a interpretação sobre o funcionamento do sistema político brasileiro produzida no final dos anos oitenta e primeira metade dos anos 90. Essa literatura identificava no arranjo institucional adotado pela Constituição de 1988 a causa original do fracasso da democracia que renascia. O diagnóstico era o de que o sistema eleitoral adotado para a escolha dos representantes legislativos incentivaria os parlamentares a um comportamento individualizado, o que, em última instância, enfraqueceria os partidos e inviabilizaria a governabilidade (p. ex. Lamounier 1992). Esta constatação vai ao encontro a diferentes pressupostos teóricos, tais como o de Linz (1990), no qual sistemas presidencialistas seriam mais conflituosos do que sistemas parlamentaristas; o de Carey e Shugart (1995), no qual sistemas proporcionais de lista aberta criariam incentivos ao voto pessoal e incentivariam a disputa intrapartidária; e o de Mainwaring (1992), no qual a combinação destas regras com outras, como o federalismo, levaria a democracia brasileira a enfrentar dificuldades insuperáveis para seu funcionamento pleno. Power (2010) chama essa leva de trabalhos de visão “pessimista”. Em contraposição a esta interpretação, um segundo conjunto de trabalhos buscou superá-la mobilizando outros fatos e argumentos: evidências quanto ao funcionamento do congresso brasileiro realçavam a capacidade de coordenação na atuação partidária, fato completamente inesperado pela visão pessimista (novamente, Figueiredo e Limongi, 1998). Além desta capacidade de coordenação e de implementação de uma agenda de governo pelo Executivo, a democracia brasileira se mostrou estável e capaz de tomar

decisões relevantes, como a de controlar a inflação, a de privatizar atividades estatais e a de organizar um amplo programa de transferência de renda. A este grupo de autores, Power (2010) os nomeia de “otimistas”, pois apontaram mecanismos através dos quais os presidentes encontravam meios de implementar sua agenda de governo.

Este mesmo autor identifica ainda um terceiro grupo de trabalhos, os quais estão sintetizados em torno do conceito de “presidencialismo de coalizão”. Ainda de acordo com a interpretação de Power (2010), esta literatura se colocaria como uma síntese do processo de disputa anterior, no qual elementos das duas abordagens conviveriam simultaneamente: os efeitos eleitorais dispersivos e fragmentadores da atividade parlamentar se chocariam com os poderes legislativos do Executivo, centralizadores de uma agenda de governo. Nesta mesma perspectiva, haveria uma subdivisão dentre estes autores, simplificada em torno da gestão da coalizão, por um lado, e em torno da formação do gabinete, de outro. Apesar desta divisão interna, este terceiro grupo de trabalhos se colocaria diante do fenômeno brasileiro de maneira homogênea com um olhar que incorpora as alianças interpartidárias, alterando os termos em que o debate se dá. Palermo (2016), porém, aponta discrepâncias fundamentais nos estudos recentes sobre o Brasil. Seu posicionamento é de que estas dissonâncias não autorizariam a interpretação de uma síntese entre as visões otimistas e pessimistas anteriores, ainda muito antagônicas, já que “governability does not mean a good government” (p. 8). Neste sentido, o autor ainda aponta que a divergência ocorre em termos das implicações normativas em torno de governança, da qualidade do sistema de representação, *accountability*, efetividade e eficiência das políticas públicas.

A despeito destas questões sobre a viabilidade de se considerar a literatura atual em torno do presidencialismo de coalizão como uma síntese das visões que a precederam, o efeito da inadequação metodológica permanece. Palermo (2016) apresenta uma passagem importante para as pretensões deste texto, que segue:

“The debate perceives the political system as a set of rules and incentives, in opposition, not in synthesis, but in an unstable equilibrium, in which **each rule produce effects, and generate contrary incentives**. To give a simple example, the electoral rules provide incentives for politicians behaving individually, while the internal rules of Congress, the president's power to legislate, and the centralization of benefits by the president, create incentives for legislators to be loyalty to their political party and to the presidential preferences. Even when **this balance of opposites** is not unique to Brazil,

it is strongly rooted in historical processes of the Brazilian national policy. **It is, in a way, the touchstone of the Brazilian political institutions.** (...)

Based on this perspective, the reason why the interpretations about the Brazilian political system are so dissimilar gets clear. As Amorim Neto (2006) observes, while Figueiredo and Limongi (1999) say the actual Brazilian system operates similar to the parliamentary system (political parties as coordination mechanisms), Ames (2001) asserts the opposite: political parties are brought to govern through fragile ad hoc coalitions. For Amorim Neto (2006), however, the pattern of governability is neither consistently atomistic nor consistently parliamentary”. (Palermo, 2016, 24-5, grifos meus).

Se no país convivem instituições que criam incentivos díspares e, embora este arranjo não seja exclusivo ao Brasil, surge um desafio às pesquisas que visam compreender este sistema. Há, de maneira geral, dois tipos de questionamentos que são tradicionalmente feitos nas pesquisas sobre um sistema político. O primeiro pode ser exemplificado por: qual a importância destas instituições individualmente para a compreensão do caso particular? Já o segundo tem como exemplo a questão: considerando o arranjo institucional adotado, como explicar o que se observa no país? É essencial notar que estes dois tipos de pergunta são fundamentalmente distintos em diversos aspectos metacientíficos: o primeiro se refere a identificar a causa dos efeitos e o segundo, o efeito das causas. Esta distinção, apontada por Mahoney e Goertz (2006) ao lidar com o embate quantitativo vs. qualitativos, conduz a profundas divergências na maneira de estruturar a pesquisa e, como se defende aqui, de atingir resultados válidos epistemologicamente. Neste sentido, deve-se observar que, para além da adequação teórica daquelas constatações, há questões metodológicas de fundo que atingem originalmente a interpretação tradicional – a pessimista de Power (2010) –, que não observou a distinção entre estes conjuntos de questões, mas que ainda influenciam pesquisas atuais, ao menos de parte da 3ª geração, e ampliam os questionamentos que as pesquisas levantam, conduzindo a impasses interpretativos (p.ex. Maurberg Júnior et al., 2015).

A indistinção quanto a importância dos tipos de pergunta indicados confunde aquilo que Mahoney e Goertz (2006) chamaram de “duas culturas”, a quantitativa e a qualitativa. São abordagens distintas e que identificam aspectos também desiguais dos objetos a que se voltam. A discussão sobre estas culturas não é importante aqui – inclusive pela existência de debate em torno dessa distinção (Kuehn e Rohlfing, 2016) – mas os autores ressaltam outras dimensões relevantes para diferentes tipos de pesquisa. Dentre estas, nos

interessa aqui considerar a observação quanto às estruturas explicativas e causais associadas a diferentes tipos de questionamento realizados em um trabalho científico. As explicações e estruturas causais necessárias para que se responda a uma pergunta típica de efeito das causas é diferente daquelas cabíveis para uma pergunta do tipo causa dos efeitos. Entendo que o desarranjo de parte das pesquisas no Brasil está associado a não considerar esta distinção fundamental.

A meu ver, este desalinho tem origem analítica em partir de teorias comparativas e a aplicá-las a um caso particular. As conclusões obtidas em um estudo comparado têm um referencial claro de contraposição. Ao se partir para um estudo individual, não há tal referência ou, se há, toma-se a formulação geral como aplicável a todos os casos, o que não é um procedimento adequado. Se utilizarmos a nomenclatura de Mahoney e Goertz (2006), a literatura aplicou diretamente o resultado de uma pesquisa quantitativa em um único caso e ainda de maneira preditiva; ou seja, transpôs conclusões de pesquisas de efeito das causas em outras de causa de efeitos com o intuito de fazer um prognóstico. É claro que se há uma teoria que nos auxilia na investigação de um caso, devemos utilizá-la. A questão está em compreender os limites derivados de tal exercício. E estes limites residem na extensão das conclusões das pesquisas e, conseqüentemente, nos tipos de aplicações que um trabalho deste tipo pode ter.

Tome a compreensão teórica de que os sistemas parlamentarista e presidencialista diferem em termos do nível de conflito observado entre os Poderes Executivo e Legislativo: no primeiro, o conflito é menor do que o segundo. Esta proposição é abstrata, evidentemente, e nos informa que o conflito em um país A, se parlamentarista, tende a ser menor do que o nível de conflito em um país B, se presidencialista. Estudos empíricos que venham avaliar este tipo de construção teórica seriam similares aos realizados por Persson e Tabellini (2005): assumindo a possibilidade de operacionalização e adequada mensuração tanto do conceito “conflito”, que neste caso seria a variável resposta, quanto do conceito “sistemas de governo”, a variável independente, a comparação se dá em relação às médias de conflito observadas em cada sistema, se presidencialista ou parlamentarista, incorporados todos os controles. Essa é uma visão simplificada do modelo padrão de experimento aplicada a dados observacionais. Mesmo se considerarmos o cenário ideal para aplicação do raciocínio experimental em uma situação deste tipo, a mesma estrutura analítica estaria presente: o desenho de pesquisa ideal seria aquele em que um mesmo país em um mesmo momento do tempo pudesse assumir tanto

o sistema presidencialista quanto o parlamentarista, o que é evidentemente impossível, e os níveis de conflito em cada situação seriam cotejados. Ainda assim, neste caso, a caráter comparativo é evidente: o caso realmente observado (um país presidencialista ou parlamentarista) seria comparado com o seu caso oposto.

O que se pode, daí, aferir no estudo de um país qualquer, que seja presidencialista, por exemplo, sobre o nível de conflito entre os Poderes Executivo e Legislativo observados neste caso particular? Pode-se dizer que há incentivos teoricamente estabelecidos para que aquele patamar de desacordo seja elevado. Mas seria esse nível de conflito elevado em termos absolutos? Me parece que a resposta de Linz e da literatura que o seguiu a esta pergunta seria “sim”: países presidencialistas apresentariam elevados níveis de inconformidade entre Executivo e Legislativo. O que não foi antecipado por estes autores é que há diferença entre compreender a existência de um incentivo para que determinado fenômeno ocorra e a sua efetivação prática. Esse ponto não é novo. Embora não esteja colocado em relação a sua dimensão metodológica, já foi dito que: “[n]o entanto, a existência de incentivos (...) não garante que estes venham a se tornar efetivos” (Limongi e Figueiredo, 1998, Lua Nova, p. 84). Reconhecer a existência de um incentivo, neste caso, que gera atritos entre o Executivo e o Legislativo, não é suficiente para que este de fato ocorra na prática. O desacordo teórico diante da evidência é tal que com este exercício de aplicação de uma teoria geral comparada a um caso específico não se invalida a teoria, a não ser em casos muito particulares, como também não se amplia o conhecimento a respeito do caso específico.

Esta transposição de uma compreensão que é em si comparada para uma situação singular é um equívoco metodológico, relacionado à avaliação de estudos guiados pela variável (cultura quantitativa) em contraposição aos estudos guiado por casos (cultura qualitativa). O equívoco se dá em razão da estrutura explicativa e da organização causal de cada abordagem. É possível apontar pelo menos dois conjuntos de consequências importantes para a produção da ciência política brasileira em relação a esta situação: o primeiro conjunto se volta a relação entre explicação e previsão. O modelo teórico institucional que alicerçou a avaliação do grupo pessimista era eminentemente comparado, com pretensões generalistas. Tal modelo era explicativo. A passagem para um modelo preditivo não é imediata e demanda cuidados de ordem epistêmica e que envolvem o desenho de pesquisa utilizado. O segundo conjunto de consequências se relaciona com a estrutura de causalidade empregada: de um lado, a comparada, próxima a uma abordagem

probabilística, e de outro, a de avaliação de casos, próxima a uma abordagem determinística. Esta distinção implica que o estudo de um caso qualquer, nesta tradição nomotética¹, se baseia em encontrar causas necessárias e suficientes para que determinado efeito ocorra. Tal distinção não foi observada. O argumento teórico quanto a estas afirmações está desenvolvido na próxima seção.

1.3. Explicação, as duas culturas e um caso teórico

Seguindo a análise feita por Mahoney e Goertz (2006) para a comparação entre as culturas quantitativa e qualitativa, duas diferenças são relevantes na discussão feita até aqui. A primeira diferença se dá em relação ao tipo de explicação que se oferece ao se apropriar de uma abordagem comparada de muitos casos (em seus termos, quantitativa) ou de um estudo de caso (tipicamente qualitativa). A segunda se relaciona às concepções de causalidade, se determinística ou probabilística. Cada uma das tradições possui marcadas diferenças nestes aspectos que precisam ser apresentadas para que se compreenda a sua relevância no debate sobre o sistema político brasileiro.

No que se refere ao tipo de explicação, a tradição quantitativa (ou também das pesquisas guiadas pelas variáveis) se volta a estimar o efeito médio das variáveis independentes. A fundamentação de um experimento é clara aqui: seu objetivo se volta à identificação do efeito médio do tratamento (da sigla em inglês, *ATE*). O efeito sobre as unidades tratadas se dá em contraposição ao grupo de controle. O cuidado na formação dos grupos na busca de aleatoriedade, evitando viés, é central. Os achados dependem disso. Neste contexto, Mahoney e Goertz (2006) afirmam que a explicação se volta ao “efeito das causas”. As perguntas são feitas no sentido de identificar a relevância de dada variável independente sobre um fenômeno específico. De acordo com os autores, são perguntas típicas desta tradição de pesquisa: “‘Qual o efeito do desenvolvimento econômico sobre a democracia?’ ou ‘Qual o efeito de um dado aumento do investimento estrangeiro direto no crescimento econômico?’” (p. 230). O uso do instrumental estatístico é feito com o intuito de reproduzir o “paradigma do experimento controlado no contexto de um estudo observacional” (p. 230).

¹ É importante destacar que as discussões filosóficas em torno da determinação de causa nas ciências sociais é vasta e levaria a outras críticas ainda mais decisivas. Porém, demandariam deslocamento profundo no campo metacientífico, demandando a articulação de conceitos distantes daqueles mobilizados pela literatura. Assim, preferiu-se manter o mesmo posicionamento filosófico. Para uma discussão sobre o tema, vide Jackson (2017).

Associado a este tipo de explicação, está a conceituação probabilística de causalidade. A causa é identificada como a diferença entre a média do valor observado da variável resposta para o grupo de tratamento e a do grupo de controle e estão baseados na estrutura lógica do modelo causal de Neyman-Rubin-Holland. Seguindo uma notação já consagrada, o efeito causal seria dado por:

$$\bar{Y}^{Tratamento} - \bar{Y}^{Controle} = \text{Efeito causal} \quad (1)$$

em que \bar{Y} é a média do valor observado para cada um dos grupos. O efeito causal é médio e, assim, “a abordagem estatística substitui o efeito causal impossível-de-observar de T [tratamento] em uma unidade específica pelo efeito causal médio possível-de-estimar de T sobre uma população de unidades” (Holland, 1985, p. 47). Assim, as pesquisas se voltam para mensurar o efeito de causas individuais de cada uma das variáveis independentes sobre a variável resposta. Mahoney e Goertz (2006) ilustram este ponto com a apresentação de uma equação de regressão típica:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_{12} X_1 * X_2 + \varepsilon \quad (2)$$

Nesta equação, cada um dos parâmetros β estimados oferece o efeito líquido de cada variável X correspondente sobre o resultado de Y. Mesmo quando se calcula o efeito iterativo destas variáveis, β_{12} na regressão acima, a norma ainda é identificar os efeitos individuais de cada variável independente sobre a variável resposta. Seguindo a nomenclatura utilizada por Jackson (2011) e Derek e Rasmussen (2016), esta é uma posição filosófica neopositivista.

Já para a tradição qualitativa (ou de pesquisa voltada a casos), as diferenças na abordagem da pesquisa são expressivas. Começamos pelo tipo de explicação. A abordagem qualitativa está voltada à explicação de casos individuais. Casos importantes precisam ser contemplados na explicação oferecida. Este tipo de pesquisa costuma inverter a ordem entre causa e efeito, e sua preocupação se volta a identificar as “causas dos efeitos”. Ao se observar a ocorrência de um fenômeno qualquer, uma pesquisadora desta tradição se perguntaria a respeito de quais seriam as causas que produziram o resultado observado. Perguntas típicas desta tradição são ilustradas pelos exemplos: “‘A crise econômica foi necessária para a democratização do cone sul da América Latina?’ ou ‘Foram os altos níveis de investimento estrangeiro em combinação com o autoritarismo *soft* e as políticas

voltadas para a exportação suficientes para os milagres econômicos da Coreia do Sul e Taiwan?” (Mahoney e Goertz, 2006, p. 230). A possibilidade deste tipo de construção se dá porque nesta tradição o tipo de causalidade associada se volta a identificar condições necessárias e suficientes para a ocorrência do evento em questão. Adotam a causalidade do tipo *INUS*: do inglês, “uma insuficiente, mas necessária parte de uma condição que é ela mesma desnecessária mas suficiente para o resultado” (Mackie, 1965, p. 245). A combinação de causas que produzem o resultado é construída a partir de lógica booleana, exemplificada na seguinte expressão:

$$Y = (A * B * c) + (A * C * d * E) \quad (3)$$

em que * representa o termo lógico ‘E’, + representa o termo lógico ‘OU’, = indica suficiência e implica em uma afirmação lógica do tipo se-então, e as letras minúsculas indicam a negação da variável. O exemplo acima, inspirado em Mahoney e Goertz (2006, p. 234) “identifica duas combinações diferentes de variáveis que são suficientes para o resultado” que foi observado. É uma estrutura de causalidade eminentemente determinística.

A esta altura, parece possível nos voltarmos para a discussão de como a literatura tratou do Brasil. Retomemos as duas perguntas feitas anteriormente: 1) qual a importância das instituições adotadas a partir da Constituição de 1988 individualmente para a compreensão do caso brasileiro? e 2) qual a consequência de cada instituição escolhida? A primeira questão está associada com a tradição qualitativa: há uma determinada situação política observada e a pesquisa busca encontrar causas para ela (causa do efeito). Aqui não foi explicitada hipoteticamente alguma causa suficiente ou necessária, mas é trivial reformular a mesma questão incorporando estes termos. Já a segunda pergunta exemplifica uma típica questão da tradição quantitativa. O argumento defendido aqui é que a literatura pessimista não identificou esta distinção e a transmissão para os trabalhos seguintes permaneceu.

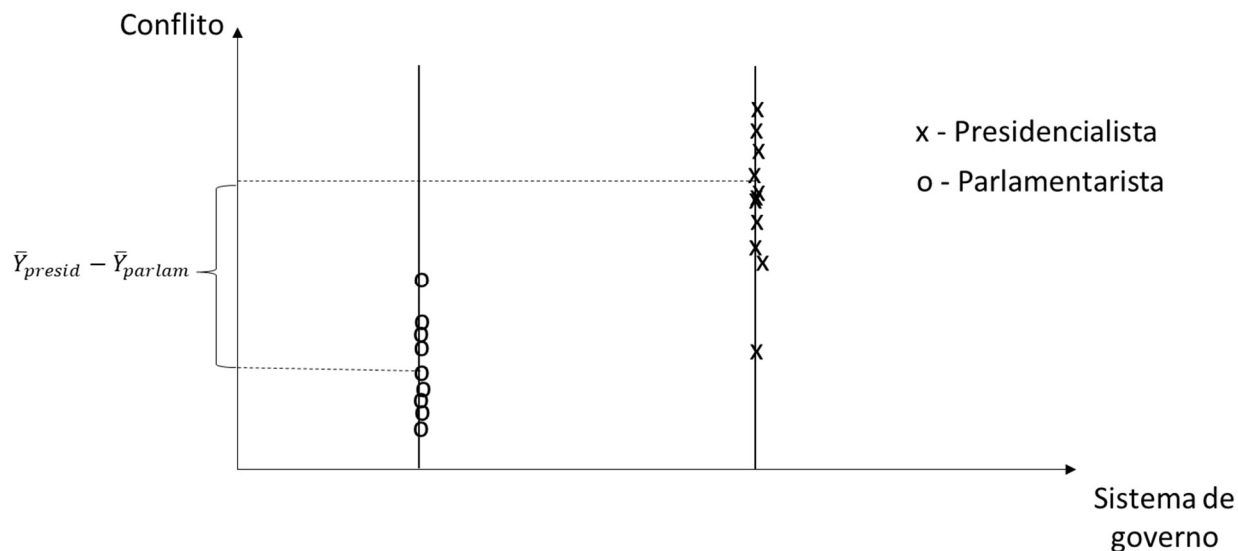
A não diferenciação dentre estes tipos de pergunta e suas consequências podem ser apresentadas da seguinte maneira. Tomemos novamente a construção teórica baseada em Linz (1990) sobre os efeitos dos sistemas de governo sobre a relação entre os poderes Executivo e Legislativo. Considere a formulação básica decorrente desta teoria: em

sistemas presidencialistas, o conflito entre os poderes é maior do que em sistemas parlamentaristas. Como identificar empiricamente esta afirmação?

O gráfico 1.1 ilustra um ponto central do argumento defendido aqui. Nele, estão representados níveis de conflito diferentes para países diferentes que adotam o sistema presidencialista ou parlamentarista. No eixo vertical, estão indicados os níveis de conflitos de cada país e no horizontal, os tipos de sistema.

A linha horizontal que parte de cada grupo de observações representa a média de conflito observada em cada um dos grupos: a linha mais acima é a média de conflito dos países que adotam o sistema presidencialista e a linha mais abaixo, a média de conflito dos países parlamentaristas. A diferença indicada no eixo Y é aquela que conduzirá a pesquisadora a sua conclusão: se, estatisticamente, $\bar{Y}_{presid} - \bar{Y}_{parlam} > 0$, então, o resultado corroborará a expectativa teórica, de que o presidencialismo apresenta maior nível de conflito do que o parlamentarismo.

Gráfico 1.1 – Representação hipotética dos níveis de conflito para diferentes sistemas de governo



Elaborado pelo autor

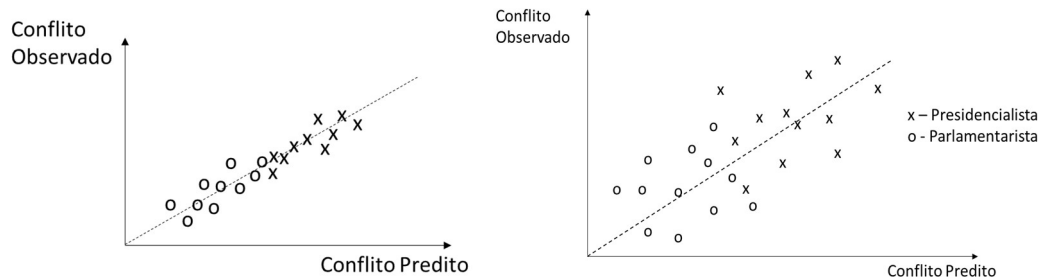
Porém, note que em ambos os grupos há valores individuais diferentes da média observada. Isto é algo naturalmente recorrente e esperado, já que cada país apresentará outro conjunto de fatores que explicam o nível observado de conflito. Ou seja, há uma ordem na explicação que precisa ser considerada: o sistema de governo influencia o nível

de conflito, mas o nível de conflito não é só explicado pelo sistema de governo. A variação observada entre os valores individuais dentro de cada grupo quanto ao nível de conflito em cada país é explicada por outros fatores que interagem entre si, também produzindo conflito, como também aspectos idiossincráticos alterariam a relação entre os poderes executivo e legislativo de cada país, produzindo diferentes valores para esta variável.

Uma outra forma de colocar a questão pode ser feita utilizando o jargão econométrico: observa-se a significância estatística da variável que mensura o sistema de governo sobre o nível de conflito entre os poderes e se conclui se a hipótese teórica foi ou não corroborada. Porém, a partir da observação do resultado para a variável independente relevante teoricamente, nada temos a dizer sobre o ajuste do modelo, via R^2 , por exemplo. Este pode ser alto, indicando que aquela variável explica a maior parte da variação observada da variável dependente, como pode ser bastante baixo, sugerindo que há outros fatores relevantes para explicar o conflito². Em ambos os casos, com bom ou mau ajuste, a conclusão seria a de que sim, sistemas de governo distintos alteram os níveis de embate entre os poderes. Porém, a interpretação sobre a suficiência do sistema de governo explicar a variabilidade dos níveis de conflito muda nestas situações: no primeiro caso, esta seria potencialmente considerada suficiente, enquanto no segundo não. Ou seja, um modelo em que a variável independente explique, mas em que haja ainda muito erro, implica em não termos identificado causas suficientes para que o fenômeno ocorresse. Esta apresentação econométrica é bastante exemplar quanto ao equívoco cometido pela literatura pessimista no caso brasileiro: o arranjo institucional considerado era suficiente para interpretar o caso individual. Essa ideia de suficiência, embora implícita, não estava presente na formulação teórica original, mas sim, na maneira como a teoria foi utilizada. Para reforçar o ponto, considere os dois gráficos presentes no gráfico 1.2:

Gráfico 1.2 – Possíveis relações entre os níveis de conflito para diferentes sistemas de governo

² Agradeço a Rogério Barbosa por me apresentar este exemplo ilustrativo.



No gráfico a esquerda, os níveis de conflito observado são bastante próximos aos valores preditos pelo modelo. A reta tracejada, criada a partir da associação entre o conflito predito e o observado, se ajusta bem aos pontos. Neste caso, o sistema de governo parece ser suficiente para explicar o nível de conflito de cada observação em qualquer um dos grupos. O modelo prevê bem as diferenças observadas e os valores de conflito para os países presidencialistas são superiores aos parlamentaristas. Já no gráfico à direita, o ajuste do modelo é pior. Os pontos estão distantes em relação à reta. Isto sugere que há outros fatores que explicam os conflitos observados além do sistema de governo, ainda que o sistema presidencialista apresente níveis superiores ao parlamentarista. O ponto a destacar é que ambos os gráficos são compatíveis com o que foi observado no gráfico 1.1 anterior: a diferença entre as médias de conflito observada em cada um dos conjuntos pode ser estatisticamente diferente de zero e ainda na direção correta ($\bar{Y}_{presid} - \bar{Y}_{parlam} > 0$). Porém, a capacidade de explicar as variações de conflito observadas pode divergir. No gráfico 2, a esquerda, o sistema de governo parece ser suficiente para explicar as diferenças de conflito observadas; já no gráfico à direita, não. Em um modelo probabilístico, a dimensão da suficiência se relaciona ao erro do modelo: se este é zero ou próximo a zero, pode-se dizer que as variáveis independentes consideradas são suficientes para explicar a variável resposta. A questão está em saber se era esse o caso que os autores da 1ª geração acreditavam estar.

Entendo aqui que a literatura respondeu esta dúvida ao proceder desta maneira: assumiu que um conjunto de variáveis que provocava determinados incentivos era suficiente para que determinado efeito fosse observado na prática. Estaríamos no gráfico à esquerda. Entretanto, a segunda geração de trabalhos, os otimistas nos termos de Power (2010), apresentou um outro aspecto que anulava os incentivos esperados, justificando o resultado observado – a governabilidade inesperada pelos pessimistas. Ou, ao contrário, argumentou que outras instituições seriam suficientes para suplantar os incentivos que conduziriam o país ao fracasso. Neste sentido, argumentou que aquele arranjo

institucional apontado como cerne para o colapso da democracia brasileira não era razão suficiente para tal. Os poderes legislativos do presidente, por exemplo, seriam instrumentos fortes para contrarrestar os efeitos emanados pelas instituições apontadas pelos “pessimistas”. Se fossemos colocar em termos da lógica booleana anterior, teríamos algo como:

$$Y = A * B * C * d, \quad (4)$$

em que Y seria a ingovernabilidade, A seria o sistema presidencialista, B seria um sistema multipartidário, C seria um federalismo forte e d seria a ausência de poderes legislativos do Executivo. A equação acima indica que a ingovernabilidade decorreria da combinação simultânea destes quatro efeitos. Na medida em que a segunda geração de trabalhos mostra que o Executivo possui poderes legislativos, ou seja, que o termo correto é D , Y não mais ocorreria.

O posicionamento da terceira geração de trabalhos, ao aceitar a base teórica do “presidencialismo de coalizão” como referência, ainda se confunde nos termos apresentados aqui, em parte porque não está claro o que seriam as causas para que observemos o que está aparente em termos de governança no país, em outra parte por não ter clareza de que tipo de busca estão fazendo. Ampliemos o posicionamento de Palermo (2016) já apresentado: se no Brasil convivem instituições que criam incentivos em direções opostas e o objetivo do pesquisador é compreender o resultado final, aquilo que vemos, suas perguntas devem ser colocadas em termos de causas necessárias e suficientes e a pesquisa deve ser capaz de mostrar, se não completamente, quais são estas causas e seu status.

O fato de não colocar explicitamente seus achados em termos de causas suficientes e necessárias torna mais difícil, inclusive, a superação de divergências interpretativas que privilegiam variáveis distintas, tal como Palermo aponta em passagem citada aqui. Geddes (2003, cap. 5) deixa claro que a perspectiva teórica da qual se parte influencia decisivamente aquilo que se enxerga nos dados. Ademais, esta situação não decorre necessariamente do uso de modelos estatísticos, já que é possível realizar estudos de caso utilizando tanto técnicas qualitativas, quanto quantitativas. O ponto está em compreender que avaliar o sistema político brasileiro deve ser colocado como um estudo de caso em profundidade e que teorias explicativas não são adaptáveis diretamente em modelos

preditivos. Embora tenha sido isto exatamente o que a literatura quis fazer, faltou a ela se adequar a suas pertinências metacientíficas. Um desenho de pesquisa deste tipo possui particularidades com relação à estrutura explicativa e de causação que precisam ser respeitados. A falta de clareza com relação a esta dimensão ocorreu em diversos trabalhos que lidam com o Brasil; outros trabalhos, ao contrário, não se colocam nestes termos, permitindo que seus resultados estejam coerentemente estabelecidos. Alguns serão apresentados aqui e serão contrastados com outros em que tal desajuste não ocorre.

1.4. Exemplos de equívocos e de acertos

Um exemplo significativo de como este contexto ainda ocorre nos dias atuais pode ser identificado em um trabalho que faz a revisão das teorias sobre o sistema presidencialista multipartidário do Brasil. À guisa de conclusão, dizem os autores que:

“These theories offer differing explanations regarding which determinants (or independent variables) best explain the legislator’s behavior inside the congress. (...) However, most of the literature has presented limited and partial explanations and has depicted an incomplete picture, **by privileging one variable that they select as the most important to explain the legislator’s voting behavior.** In other words, these researchers have only used a single variable to explain this complex and certainly multivariate phenomenon.” (Maurberg Júnior *et al.*, 2015: 145, grifo meu)

Estou de acordo com a essência da afirmação acima. As explicações têm sido parciais e possivelmente sempre serão assim. Porém, é preciso retomar a dimensão metodológica deste debate. Se as teorias variam em termos de quais são as variáveis explicativas da ação dos parlamentares, as pesquisas precisam ter maior clareza sobre qual é a perspectiva que adotarão: testarão se tais variáveis de fato criam os incentivos teoricamente derivados ou procurarão identificar quais delas são necessárias e suficientes para explicar o caso brasileiro? Isto não está claro em muitos dos trabalhos e justifica, ao menos em parte, a dubiedade de algumas interpretações. Por exemplo, tome-se a afirmação feita pelos mesmos autores de que o objetivo desta literatura é o de explicar o padrão de votação dos legisladores. Do ponto de vista metodológico, se um determinado efeito é observado e as pesquisas buscam identificar as causas, temos uma construção em que se procura a causa do efeito observado. Tal procedimento exigiria que os pesquisadores avaliassem o caso particular em profundidade para que estas causas fossem identificadas – um estudo de caso, portanto. Porém, os autores, ao final de seu texto como forma de sumarizar a

contribuição do seu trabalho, informam que a pergunta a que esta literatura pretende responder é:

“what are the conditions for presidential success in the legislative arena **in a multiparty institutional setting**? (...) The contribution of this literature review, then, is to demonstrate that executive–legislative relations in multiparty presidential regimes should assume that **presidential, congressional, electoral, and institutional internal variables matter** in constraining the bulk of legislators’ options and coalition behavior.” (Maurberg Júnior *et al.*, 2015: 155, grifo meu).

O efeito observado – o sucesso do presidente no Legislativo – precisa de uma causa que o explique – as condições institucionais. Sucesso, aqui, está colocado no sentido estrito que Palermo (2016) aponta: não significa a adoção de boas políticas públicas, mas apenas da “capacidade do Executivo em obter, e manter, maiorias disciplinadas no Parlamento” (p. 2). Se, como Palermo (2016) afirma, há um conjunto institucional em que cada uma de suas partes interagem de maneira por vezes antagônicas, devemos nos perguntar qual delas produz o resultado que observamos? E mais do que isso, como interagem entre si para produzir o resultado observado? De acordo com o fragmento acima, se a pretensão está em assumir que “as variáveis presidenciais, congressionais, eleitorais e institucionais importam”, cabe a nós perguntar, então, quais são as que não importam? Pois, parece ser natural que o conjunto de instituições que permeiam o contexto no qual os atores tomam suas decisões seja explicativo de determinada ação, ainda mais partindo de uma teoria institucional; afinal, todos estes incentivos estavam presentes e possivelmente produzindo os incentivos na direção teoricamente esperada. Entretanto, a questão teórica de interesse é exatamente o contrário: identificar quais são as que de fato constroem a ação dos parlamentares em um caso particular, como o brasileiro, e qual a capacidade de generalização de uma avaliação a partir de um caso particular. Eleger ‘a variável mais importante’ não parece ser o objetivo atual, dado que não se sabe como estas interagem entre si para produzir o que se vê. Ainda que o mundo social seja complexo e diversas instituições coexistam, nesta perspectiva, o exercício científico está exatamente em estabelecer quais são as razões suficientes e necessárias para uma proposição explicativa geral. A reflexão em torno destas questões é fundamental para o conhecimento que construiremos sobre o caso brasileiro, ou ainda como querem os autores do fragmento acima, sobre sistemas multipartidários quaisquer. Mas a confusão entre os métodos empregados entre pretensões comparadas e estudos de casos particulares está clara e permanece.

Esta mesma percepção se repete em outros trabalhos, que serão destacados como forma de ilustrar o desacordo, pois a origem do desarranjo desta literatura está em seu desejo de explicar o caso brasileiro. Ou seja, de desejar, ao menos implicitamente, ao final de seu trabalho, sugerir uma explicação para um caso particular. Desejava-se apresentar os efeitos das causas, sem nunca mencionar quais seriam causas suficientes ou necessárias para o cenário observado de forma explícita e, além do mais, entendendo implicitamente que as instituições mobilizadas naquele trabalho seriam suficientes, ainda que utilizando um modelo probabilístico de causalidade. Veja o caso a seguir. Os autores enunciam que “[a] questão central que pretendemos responder é: quais os fatores que aumentam as probabilidades de reeleição?” (p. 133), o que pode ser colocado em termos de identificar quais são as causas de um efeito particular: o sucesso dos políticos na busca por sua reeleição. Em seguida, afirmam que:

“Nosso argumento é que o **sistema político brasileiro cria incentivos para que os eleitores se preocupem mais com os benefícios locais do que com a performance nacional dos seus representantes**, o que faz com que a participação dos parlamentares no âmbito nacional, principalmente na Câmara dos Deputados, seja orientada pela busca de benefícios que possam ser utilizados no plano local, como forma de alcançar maiores retornos eleitorais. O comportamento partidário também segue essa lógica, pois são os líderes dos partidos e o Executivo que controlam a distribuição desses benefícios. **Portanto, o comportamento dos parlamentares na Câmara dos Deputados segue padrão similar ao descrito por Mayhew (1974) e Hall (1996) acerca das motivações individuais dos congressistas na House of Representatives nos EUA**”. (Pereira e Rennó, 2001, grifos meus)

Nesta passagem está clara a associação: como há determinados incentivos institucionais, eles seriam suficientes para explicar o comportamento dos parlamentares. Desta forma, os autores tomam dois conjuntos de variáveis, um que se vincula à hipótese central – “beneficiar os interesses de localidades específicas” (p. 167) – e outro ligado a explicações alternativas – “[estratégias] direcionadas para a performance nacional” (p. 167) – e, por meio de modelo *probit* para avaliar as chances de sucesso eleitoral com ambos os conjuntos de variáveis, concluem que “...as duas dinâmicas exercem influência nas chances de reeleição. Entretanto, diante das opções e recursos disponibilizados durante seus mandatos, a distribuição de benefícios locais proporciona muito mais retornos eleitorais do que as atividades legislativas dentro da Câmara ou as posições de voto assumidas em relação a uma determinada política. Na realidade, os interesses locais

prevalecem na arena eleitoral porque as demandas locais parecem ter impacto mais forte no sucesso eleitoral” (p. 167). O que deve estar claro aqui é que o uso de um modelo estatístico que está baseado em uma estrutura de causação probabilística, impede que a conclusão seja a do tipo oferecida: um conjunto de incentivos “proporciona muito mais retornos eleitorais” a ponto de fazer com que “a atividade nacional do parlamentar é principalmente direcionada para as ações que o habilitam a ter mais acesso a recursos que possam ser utilizados na esfera local com o objetivo de ser reeleito.” (p. 167). Seria preciso, antes, avaliar a capacidade do modelo em explicar a variação da variável resposta, o que os autores não fazem.

O posicionamento se repete neste outro exemplo. Veja o fragmento a seguir:

“Why is Brazil's legislature extraordinarily active in the distribution of pork barrel but largely inactive on national issues? This article explores the question by illuminating the motivations of congressional deputies. **Emphasizing the effects of open-list proportional representation and executive dominance over resources**, I develop a model of legislative voting based on the operation of Brazil's political institutions. The nature of deputies' electoral bases, especially the clustering of their support and their domination of local constituencies, constrain deputies' preferences. Ideological positions matter as well, but the socioeconomic characteristics of constituencies only weakly affect legislative voting.” (Ames, *Electoral Rules*, 1995, grifos meus)

O autor repete o equívoco citado: aponta um fenômeno particular - o alto nível de distribuição de *pork* pelos parlamentares brasileiros - e lida com uma causa, que seria suficiente, com uma estrutura causal do tipo probabilística, no seu modelo de votação legislativa. Não há menção à dimensão de suficiência ao longo do trabalho e discussões em torno da capacidade de o modelo explicar toda a variação da variável resposta não são feitas.

Porém, não há apenas equívocos. No exemplo a seguir, trago um caso inverso: os autores assumem a existência da mesma instituição, mas realizam a pesquisa em ordem inversa, utilizando metodologia compatível. Veja:

“In particular, we assess the relationship between amendments to the federal budget and the electoral outcomes for deputies who propose such amendments.

(...)

However, this connection is not well documented in countries where legislative races

occur in electoral districts with large geographical dimensions and where various parties/candidates are elected within single, multimember districts. The Brazilian example provides an opportunity for a case study, as the country utilizes a party-open-list proportional representation system for congressional elections. Given this structure, it is unclear whether there are incentives for deputies to use fiscal policy to target geographically specific groups of voters.” (Firpo, Ponczek e Sanfelice, 2014)

Aqui, os autores assumem que há uma determinada causa (*a party-open-list proportional representation system for congressional elections*) e querem testar se esta produz um efeito particular teoricamente determinado (*there are incentives for deputies to use fiscal policy to target geographically specific groups of voters*). Se perguntam qual é o efeito produzido por certa causa e aplicam um modelo probabilístico para tal exercício. A relação efeito das causas com um modelo probabilístico permite que as conclusões sejam compreendidas como válidas.

Outros dois casos de abordagens sem esta inadequação estão apontados a seguir. Considere os fragmentos abaixo:

“To what extent do party labels influence individuals’ policy positions? Much research has examined this question in the United States, where party identification can generate both in-group and out-group pressures to conform to a party’s position. However, relatively little research has considered the question’s comparative generalizability. We explore the impact of party labels on attitudes in Brazil, a relatively new democracy with a fragmented party system. In such an environment, do parties function as in-groups, out-groups, or neither? We answer this question through two survey experiments, one conducted on a nationally representative sample and another on a convenience sample recruited via Facebook. We find that both in- and out-group cues shape the opinions of identifiers of Brazil’s two main parties but that cues have no effect on nonpartisans. Results suggest that party identification can structure attitudes and behavior even in “party-averse” electoral environments” (Samuels e Zucco, 2013)

E depois este:

“Thus, rather than leading to large public deficits, the multiparty, coalition-based presidential government in Brazil provides an environment in which the executive achieves a high level of governability at a low cost. The series of institutional devices that allow the executive to control the legislature, particularly the budgetary process, thus counterbalances the frailty of the country electoral, party, and federal systems,

which are so often discussed in the literature as being responsible for the weakness of the political system and the source of low governability.” (Pereira e Mueller, 2004)

Em ambas passagens, os autores apresentam uma causa – no primeiro fragmento, a informação da sigla partidária, e no segundo, o controle orçamentário do Executivo – e procuram identificar seu efeito. Utilizam o Brasil como caso a ser avaliado, mas nele verificam se uma proposição teórica específica produz o resultado esperado. Não desejam, assim, explicar o caso brasileiro a partir de um modelo teórico comparado. Neste sentido, o apontamento feito neste trabalho aplica-se a uma parte da produção acadêmica que tratou do caso brasileiro. Este procedimento que ainda repercute apresenta consequências de diversas ordens que serão debatidas a seguir.

1.5. Implicações

O argumento defendido neste texto é o de que há diversas consequências básicas a respeito deste quadro que precisam ser avaliadas. O primeiro ponto que merece destaque parte do fato de que o uso da teoria foi feito de maneira preditiva, tomando por base teorias comparadas, embora o uso estatístico e teórico para previsão e para explicação seja distinto (p.ex., Shmueli, 2010). No uso corrente de modelos explicativos estatísticos, particularmente, a teoria assume um papel forte e guia o uso dos dados empíricos e sua análise. A avaliação dos resultados só faz sentido mediante uma teoria previamente estabelecida. O papel do modelo estatístico é o de testar as hipóteses derivadas da teoria. Já o uso de modelos estatísticos preditivos, segundo Shmueli (2010), é bastante raro nas ciências sociais. Mas para além da aplicação estatística de modelos explicativos ou preditivos, a diferença entre estas duas ordens de racionalização dos fenômenos de interesse foi longamente debatida na filosofia da ciência. Sem o objetivo de resgatar todo este debate aqui, cabe enfatizar o porquê ambas são consideradas diferentes. “Por que deve haver diferença entre explicar e prever? A resposta está no fato que os dados mensuráveis não são representações acuradas dos conceitos subjacentes. A operacionalização de teorias e conceitos em modelos estatísticos e dados mensuráveis cria uma disparidade entre a habilidade de explicar o fenômeno no nível conceitual e a habilidade de gerar previsões no nível mensurável” (2010, p. 293). Deve-se assim

considerar que em uma pesquisa empírica, há dois planos³ que interagem: um abstrato, no qual as teorias estão colocadas e os conceitos formulados, e outro empírico, no qual as variáveis estão associadas. A passagem do primeiro para o segundo, chamada operacionalização, é feita em modelos explicativos. Modelos preditivos, por sua vez, se bastam no segundo plano. Shmueli aponta quatro níveis distintos de disparidade entre as abordagens explicativa e preditiva: 1) Causação-associação, no qual o modelo empírico utilizado para associar as variáveis independentes e dependente representa uma função causal subjacente, enquanto em uma abordagem preditiva, o modelo empírico utilizado apenas capta a associação entre aquelas variáveis; 2) Teoria-dados: na abordagem explicativa, o modelo empírico é cuidadosamente construído com o intuito de refletir o modelo teórico e testar hipóteses. Já na abordagem preditiva, o modelo empírico é construído a partir dos dados e não é fundamental encontrar uma interpretação para a relação entre as variáveis independentes e dependente; 3) Retrospectivo-prospectivo: uma abordagem explicativa é retrospectiva e, por isso, o modelo empírico é utilizado para testar um conjunto existente de hipóteses. Já na preditiva, a abordagem é prospectiva e o modelo tem o intuito de prever novas observações; e, 4) Viés-variância: numa abordagem explicativa, o objetivo é minimizar o viés para obter a mais acurada representação da teoria subjacente. Na preditiva, o foco está em minimizar a combinação entre viés e variância da estimativa ocasionalmente sacrificando precisão teórica para melhorar a precisão preditiva. Está claro que as pesquisas que se voltaram para analisar o Brasil não realizaram estudos de caso, através do qual o cenário brasileiro seria avaliado detidamente de forma a produzir afirmações que fossem extrapoladas para outros contextos. Ao contrário, os trabalhos tomaram teorias institucionais disponíveis no momento da realização da pesquisa e aplicaram-na diretamente sobre o país, *antes* que estas instituições estivessem em funcionamento. Ou seja, utilizaram um modelo explicativo de maneira preditiva.

Nesta dimensão, há duas perguntas a serem feitas. A primeira é qual o conhecimento sobre o Brasil produzido por trabalhos que invertem a lógica explicativa tal como apontado aqui? Estudos de caso, sejam quantitativos ou qualitativos, podem conduzir a proposições causais (Derek e Pedersen, 2016), e não reside aí o problema. Neste sentido, o Brasil precisaria ser um caso típico para que as conclusões fossem válidas. Como caso

³ Discuti esta associação e a sua importância para desenhos de pesquisa em geral em outro texto. Vide Silva (2017, p. 53).

típico aqui, entendo aquele em que todas as forças teoricamente derivadas estivessem presentes exatamente da maneira como a teoria previa, sem que outras fossem capazes de anulá-las. Porém, esta checagem não foi realizada. O arranjo institucional do Brasil foi um caso em que a teoria foi aplicada diretamente, sem a consideração de outras instituições presentes que também influenciassem o comportamento dos políticos. Mais do que isso, foram feitas na forma preditiva, antes delas serem postas em funcionamento. O segundo grupo apontado por Power (2010) realizou exatamente a avaliação do conjunto das instituições e suas relações ao mostrar que os poderes legislativos do presidente se sobrepunham aos demais, como exclusivamente os eleitorais, no que tange a sua capacidade de implementar uma agenda de governo.

A segunda pergunta é qual o avanço teórico obtido ao se proceder da forma apresentada aqui? A teoria não é testada ao se proceder com a mistura de lógicas de explicação distintas. Se a teoria é construída a partir da formulação geral “A é mais que B”, ao tomar esta afirmação para lidar com um caso único, o que se avança teoricamente? Este procedimento não é uma prática óbvia e necessária à ciência. O Brasil era uma unidade de observação particular. Entendê-la não decorre de uma aplicação direta da teoria disponível à época apenas, mas, ao contrário, de uma busca com os instrumentos teóricos à disposição a avaliação mais ampla da realidade do caso estudado. Ao permanecer preso à teoria desta forma, o pesquisador apenas age como se o conhecimento consolidado até o momento fosse de fato suficiente para explicar os problemas concretos a que se voltavam.

Tal confusão tem influência direta sobre o tipo de pesquisa que se intenciona fazer. Os desenhos de pesquisa devem ser coerentes com o tipo de questionamento formulado: se é uma estrutura de causa determinística ou de causa probabilística. No primeiro caso, pesquisas de N-pequeno são as mais adequadas. A pesquisadora identificará quais são as evidências para sustentar a ocorrência de um fenômeno observado. O caso é escolhido pela variável dependente. Já no segundo caso, as pesquisas de N-grande são mais apropriadas. A pesquisa se voltará para comparar número elevado de casos a partir de uma lógica ideal de um experimento. A escolha de um ou de outro caso está associada à pergunta de pesquisa feita. E neste sentido a divisão de Mahoney e Goertz (2006) de efeito das causas e causa dos efeitos é bastante didática e indica a atenção que o pesquisador precisa ter em seu trabalho. Neste sentido, a divisão qualitativo-quantitativo é menos relevante; o mais importante está em considerar em que medida a estratégia

concilia o tipo de pergunta que se pretende responder com a relação causal que subjaz a explicação a ser oferecida.

Como decorrência do problema epistêmico, a estrutura de causa se mostra como fundamental para que a pesquisa tenha sustentação na relação entre a interpretação sobre os achados empíricos e as considerações teóricas feitas. A compatibilidade é fundamental entre a causalidade subjacente à teoria e a sua aplicação. Sem partir para uma discussão mais ampla a respeito da definição de causa, a mera divisão entre uma causa probabilística e uma determinística já contribui decisivamente para as conclusões a que a pesquisa pode atingir. Isto implica em observar a como a teoria original foi formulada – se explicitamente probabilística ou não – e considerar a sua pertinência ao trabalho que se pretende realizar.

Neste sentido, vale mencionar ainda que brevemente, uma decorrência implícita desta discussão sobre os trabalhos que estudam o sistema político brasileiro. A segunda geração de autores afirmou e demonstrou que o regramento interno do Congresso no Brasil seria causa suficiente para que a governabilidade acontecesse. Porém, há outras condições necessárias ou suficientes para a estabilidade observada? A crise política-institucional em que o país se colocou nos últimos anos sugere que sim, que estas regras não são capazes de manter a governabilidade indefinidamente. Se não são, quais seriam outras? E como interagem entre si?

1.6. Considerações finais

Ao se considerar os apontamentos feitos aqui, pode-se dizer que certas discussões a respeito do sistema político em geral presentes nas avaliações do caso brasileiro parecem deslocadas: a lógica de funcionamento do Congresso é distributivista, partidária ou informacional? (p. ex., sobre o parlamento europeu, Yordanova, 2009) Os representantes são *office-, rent-* ou *policy-seekers*? Como afirma Mansbridge “(...) the two commonly cited motivations of representatives, [are] the desire to make good public policy and the desire to be reelected. These two motivations are almost always mixed” (2009: 370). A questão, me parece, está em entender como estas motivações se misturam e se há momentos em que uma delas se sobressai às outras e porquê. Esta tarefa ainda parece incompleta para o caso brasileiro, mas, mais do que isso, parece inadvertidamente distante da prática e da atenção dos pesquisadores. Se é tarefa da ciência simplificar a realidade

com vistas a propor uma explicação, esta simplificação não pode prescindir do que é importante e nem incorrer em práticas inadequadas.

Como forma de sumarizar vários dos importantes achados sobre o funcionamento do sistema político brasileiro em termos de condições necessárias e suficientes, pode-se dizer que as respostas a certas questões centrais seriam as seguintes: Os incentivos eleitorais de fato estimulam os parlamentares ao comportamento individualista? De acordo com a literatura do tema, sim. Mas isto é suficiente para que se observe ingovernabilidade? Não. Mas é o regimento do Congresso suficiente para garantir que a governabilidade seja sempre estável? Não. E é este mesmo regimento suficiente para explicar o comportamento parlamentar? Não também. Ao se responder “não” a estas perguntas, surge a dúvida sobre o que então é capaz de explicar a ingovernabilidade ou o comportamento parlamentar. Sabemos que há causas que produzem certos efeitos, mas é preciso compreender a interação destas para a avaliação de um caso particular.

Vale dizer que diversos campos de pesquisa da ciência política no Brasil têm repetido este problema metodológico. Um exemplo pontual se volta a avaliação do bolsa família e a sua relação com o resultado eleitoral de Lula (Simoni, 2017): a literatura identificou um determinado fenômeno (efeito) e atribuiu a ele uma única causa – a adoção do bolsa família. Embora não tenham sido apresentadas aqui, podem ser feitas críticas exatamente da mesma ordem.

De outra parte, é muito importante ressaltar que a forma como a geração pessimista lidou com as eleições no Brasil fez com que estas ficassem confinadas aos incentivos que produziam sobre o comportamento parlamentar. Os estudos eleitorais sobre o legislativo limitam-se quanto a avaliação dos impactos da distribuição dos votos sobre a distribuição de emendas orçamentárias, por exemplo, ou quanto a investigação de se estas emendas refletem-se em votos. Os demais incentivos emanados não são privilegiados de maneira sistemática, até onde pude levantar. Há apenas um outro conjunto de trabalhos que se voltam para o estudo das eleições presidenciais por conta da compreensão que fazem de que esta disputa é estruturante da organização do sistema partidário no período de eleições. Mas as eleições legislativas e seus incentivos sobre a própria disputa em si apresenta elevada ausência de avaliações sistematizadas.